

## **Liderança do PT no Senado Federal Núcleo Social e Cidadania**

### **Nota Técnica**

Rosi Gomes\*

## **FARMÁCIA POPULAR – preços populares**

### **Remédio de graça e mais barato para todos**

O Programa Farmácia Popular, criado pelo governo do presidente Lula, em 2004, com objetivo de promover a universalização do acesso da população a medicamentos; disponibilizá-los a baixo custo; e diminuir o impacto causado pelos gastos com os mesmos no orçamento familiar. Além de avançar no desenvolvimento, na produção, no controle de qualidade e na regulação de preços dos medicamentos, fortalecendo, assim a assistência farmacêutica do País.

A decisão de criar o Programa, partiu da decisão de evitar que as pessoas abandonassem seus tratamentos de saúde por falta de dinheiro para comprar o medicamento que necessitava. Essa situação constatada a partir de uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2002, realizada em 71 países, revelou que os brasileiros gastavam 19% da renda familiar com saúde. Entre as pessoas de baixa renda, o que mais pesava no bolso eram os medicamentos, que contabilizavam em torno de 61% das despesas médicas.

No mesmo período, pesquisa realizada em unidades de saúde distribuídas em 11 cidades brasileiras, pelo Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) apontava um grave desabastecimento de analgésicos, vermífugos, insulina e outras drogas nas redes públicas de saúde. Medicamentos estes que constavam da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) e que deveriam estar disponíveis nos postos de saúde e hospitais para atender a população no controle de maior prevalência das doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão, asma, rinite, osteoporoses, etc. Além do mais, corria-se o risco de desabastecimento no setor público como consequência a ameaça à vida de milhares de pacientes que precisam do SUS para curar-se de suas doenças.

Para solucionar essa triste realidade, em 2004, o Programa Farmácia Popular do Brasil foi apresentado em duas modalidades: a Rede Própria e o "Aqui Tem Farmácia Popular". As unidades da Rede Própria funcionam em parceria com União (Fiocruz), Estados e Municípios, entre medicamentos e o preservativo masculino, os quais são dispensados pelo seu valor de custo, representando uma redução de até 90% do valor de mercado. As unidades próprias são padronizadas e tem as mesmas características de identificação em todo estabelecimento. Além disso, o usuário recebe atendimento personalizado, realizado por farmacêuticos e profissionais qualificados para orientar sobre os cuidados com a saúde e o uso correto dos medicamentos.

A partir de 2006, Programa Farmácia Popular foi expandido ao setor privado, com a implementação do Programa "Aqui Tem Farmácia Popular" que funciona com a União em convênio com farmácias privadas e drogarias comerciais que realizam aquisição e venda dos medicamentos. O programa disponibilizou medicamentos para o tratamento de hipertensão, diabetes, asma, rinite, dislipidemia, doença de Parkinson, osteoporose, glaucoma, além dos contraceptivos e fraldas geriátricas (não são gratuitas, porem têm 90% de desconto).

No governo da presidenta Dilma, continuou a importante estratégia rumo à integralidade da saúde da população. Em 2011, os medicamentos indicados para o tratamento de hipertensão e do diabetes constantes do elenco das duas versões do Programa passaram a ser disponibilizados gratuitamente para o usuário. Para essa ação foi o lançado a campanha Saúde Não Tem Preço que ampliou consideravelmente o número de atendimentos realizados no Programa "Aqui Tem Farmácia Popular" em comparação ao ano de 2010.

É imperativo que se divulgue, segundo dados do Ministério da Saúde, que o Brasil tem cerca de 33 milhões de brasileiros com hipertensão arterial. Destes, 80% (ou aproximadamente 22,6 milhões de hipertensos) são atendidos na rede pública de saúde. Entre os 7,5 milhões de diabéticos diagnosticados no país, seis milhões (o equivalente a 80% do total) recebem assistência no SUS. Por isso, a importância da campanha Saúde Não Tem Preço, que tem beneficiado os brasileiros hipertensos e diabéticos, além de ajudar no orçamento das famílias mais humildes que comprometem 12% de suas rendas

com medicações. E no mesmo ano, ofereceu à população também medicamentos para tratar a asma.

E no mesmo ano, a presidenta priorizou a saúde das crianças de 0 a 6 anos de idade de famílias mais pobres integrantes do Plano Brasil Sem Miséria, com o lançamento do programa Brasil Carinhoso, que distribuirá às famílias dessas crianças medicamentos para tratamento da asma do Programa “Saúde Não Tem Preço”. Segundo informações do Ministério da Saúde, em 2011, do total de 177,8 mil internações nos SUS foram decorrentes da doença, 77,1 mil foram crianças de 0 a 6 anos de idade.

No fim do governo do presidente Lula e início da presidenta Dilma, segundo dados retirados das Mensagens Presidenciais, os resultados foram surpreendentes. Em 2010, foram implantadas 543 Farmácias Populares na modalidade rede própria e 14 mil em parceria com farmácias e drogarias. De 2011 até 2014 a rede conveniada cresceu surpreendentemente para 33.264. Em 2015 foi dada prioridade aos municípios de extrema pobreza, com registro de credenciamento de 1.361 farmácias. A revolução no atendimento à população pelos programas foi extraordinária, 26.515.979 pessoas beneficiadas com medicamentos gratuitos desde o início do programa, destes 16.384.025 hipertensos, 3.391.198 diabéticos, 6.740.756 hipertensos e diabéticos. Em 2016, segundo dados do DataSUS, há na Rede Própria 110 itens (18 gratuitos) distribuídos em 526 farmácias, nos 417 municípios. Já a Rede Conveniada são 42 itens (26 gratuitos) disponíveis em 35.576 farmácias distribuídas em 4.446 municípios.

Desde a criação do SUS com a Constituição Federal de 1988, avanços têm ocorrido na área da saúde no Brasil, porém, ainda há um longo caminho a percorrer para prover a população brasileira de uma atenção à saúde integral, equânime e de qualidade, capaz de superar as grandes desigualdades sociais e de saúde. A redução das desigualdades em saúde foi prioridade central nos Governos do PT, que define como condição essencial para a qualidade de vida e bem-estar da população. E a política de acesso a medicamentos é apenas mais um grande legado deixado pelos governos Lula e Dilma.

## **O DESMONTE NA ASSISTENCIA FARMACEUTICA**

O governo golpista já tinha a intenção de fechar as farmácias populares desde outubro de 2016, quando anunciou a suspensão temporariamente da renovação de toda rede

conveniada do Programa Aqui Tem Farmácia Popular, que distribuem remédios mais barato em 34 mil e 576 farmácias. Uma decisão que futuramente poderá descredenciar milhares de unidades. A desculpa dada pelo Ministério da Saúde à época é de que a renovação dos convênios estava suspensa até que fossem resolvidas as pendências com a Caixa Econômica Federal (administra os contratos). Essa decisão gerou preocupação do setor varejistas de produtos farmacêuticos. Em Brasília, por exemplo, das 1200 drogarias, 80% fazem parte do Farmácia Popular e com o seu fim atingirá duramente a população e o setor farmacêutico.

Porém, o que estava por trás era o desmantelamento do Programa Aqui Tem Farmácia Popular, porque a partir do momento em que o Ministério da Saúde altera as atuais regras de garantia de medicamento com 90% de desconto para qualquer pessoa, para tratamento das doenças osteoporose, hipertensão, colesterol alto ou mal de Parkinson sem que precisasse comprovar a idade, é uma desmonte do setor.

Com a mudança proposta, medicamentos para mal de Parkinson, osteoporose, hipertensão só poderão ser comprados com 90% desconto somente por pessoas que tenham acima de 50 anos, 40 anos, 20 anos respectivamente. Alega o governo que há problemas financeiros para manutenção das unidades, bem como possíveis fraude no sistema.

Com relação a Rede Própria, o governo golpista cumpriu o que já vinha anunciando desde o início deste ano, o fim do programa Farmácia Popular do Brasil. Pois bem, decidido! O Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégico, enviou ofício circular, em 28 de abril, dirigido às Unidades de Rede Própria do Programa, comunicando a decisão proferida por gestores de governo de que não haverá mais nem repasse de recursos para sua manutenção nem operacionalização das Unidades. Ou seja, o governo federal fechará 400 farmácias populares em parceria com Estados, DF e Municípios que disponibilizam medicamentos gratuito e mais baratos.

O fechamento e essas mudanças de regras nos programas farmácia popular representam um grande retrocesso social e de saúde pública, prejudicando o acesso de milhões de

brasileiros aos medicamentos gratuitos e mais baratos, principalmente os mais pobres que não tem dinheiro para comprar seus medicamentos. Uma medida drástica que põe em risco à vida de milhões de pessoas e o desmantelamento do setor farmacêutico brasileiro.

\*Assessora Liderança do PT no Senado.